

Apresentação

[Presentation]

A *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* de Kant é, sem sombra de dúvidas, uma das referências mais importantes da filosofia moral moderna. Publicada em 1785, ela condensa preocupações que o filósofo nutria em torno do tema e que o acompanhavam havia pelo menos duas décadas. Não obstante, como é dito pelo próprio Kant, o livro é “um primeiro passo” na direção de “publicar, um dia, uma *Metafísica dos Costumes*” (GMS, AA 04: 391), a qual, no entanto, apareceria somente em 1797, contendo a *Doutrina do Direito* e a *Doutrina da Virtude*.

A natureza da relação que a *Fundamentação* guarda para com a *Metafísica dos Costumes* tanto em relação à *Doutrina do Direito*, quanto com relação à *Doutrina da Virtude* permanece, ainda hoje, objeto de investigações e de interpretações, algumas vezes, divergentes. Nos últimos anos surgiram, por exemplo, novas abordagens que relacionam a *Fundamentação* às aulas de direito natural, ministradas por Kant em 1784, que contém os primeiros esboços da *Doutrina do Direito*. Não menos problemática é também a relação da *Fundamentação* com a *Crítica da razão Prática* (1788), na qual Kant aparentemente muda sua estratégia de argumentação e “abandona” o objetivo de oferecer uma *dedução* da lei moral. Esta é, por exemplo, uma das questões que, entre tantas outras, divide as opiniões dos intérpretes.

A extensão desta obra e sua aparente simplicidade enganam o leitor ainda não familiarizado com a filosofia kantiana. A *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* é no seu conjunto um texto que contém inúmeros problemas e passagens que exigem o esforço de uma leitura atenta e paciente. Isso vale para cada uma de suas partes. No entanto, dado que o empreendimento de Kant ao longo da obra segue apontando para o seu “arremate”, que deve ser realizado na terceira seção, é para lá que a atenção e expectativa se direcionam no decorrer da leitura da obra. Desde o prefácio, somos levados a supor que, se nas duas primeiras seções Kant busca o princípio supremo da moralidade, é apenas na terceira seção que ocorrerá o “estabelecimento” desse princípio (GMS, AA 04: 392).

A terceira seção é de crucial importância para a compreensão tanto do escrito como um todo e de seu propósito, quanto de seu lugar sistemático na obra do filósofo, bem como de sua relação para com os outros escritos de filosofia

prática do autor, precisamente por ser a parte da obra em que a resposta à pergunta “*como é possível um imperativo categórico?*” deve ser apresentada.

A difícil exposição da terceira seção conduz, no entanto, a uma série de divergências entre os intérpretes sobre como (e se) Kant de fato estabelece a validade do princípio supremo da moral e justifica a possibilidade de um imperativo categórico. É possível remeter a origem da polêmica em torno da terceira seção na *Kant-Forschung* ao célebre artigo em que Dieter Henrich¹ pretende explicar as razões da obscuridade desse texto e apresenta a tese do fracasso da dedução da lei moral, que teria sido substituída por Kant na segunda *Crítica* pela exposição do “fato da razão”. Em nota, Henrich se queixa do exíguo número de contribuições relevantes para a interpretação do texto da terceira seção, para além do comentário de Paton em *The Categorical Imperative* e de um artigo de Margot Fleischer (Henrich, 1975, p. 340). A partir do final dos anos 80, porém, diversos intérpretes, valendo-se em grande parte da leitura de Henrich, passam a analisar em detalhe o texto da terceira seção. Reinhard Brandt² sugere uma interpretação do círculo argumentativo que procura esclarecer a função dessa parte problemática do texto. Chamando atenção para o momento em que ocorre a “transição” (*Übergang*) entre a “Metafísica dos Costumes” e a “Crítica da razão prática pura” na terceira seção, Brandt argumenta que após apresentar o suposto círculo que ocorreria no plano da metafísica, Kant mostra que a saída da argumentação circular estaria no plano da Crítica, que explicita a autoconsciência capaz de se representar em uma ordem moral (inteligível). Para Brandt é precisamente a apresentação dessa consciência moral que ofereceria a base para a dedução da lei moral. Em *Kant’s Theory of Freedom*³, Allison retoma a tese de Henrich sobre o fracasso da dedução da lei moral na terceira seção da *Fundamentação*, propondo em sua análise a célebre “tese da reciprocidade”, que designa a reivindicação feita por Kant de que liberdade e moralidade são conceitos recíprocos. Allison entende que, com base nessa tese, a liberdade transcendental seria “a condição não apenas necessária, mas também suficiente para a lei moral” (Allison, 1990, p. 201). Em consonância com essa tese, Guido Antônio de Almeida

¹ HENRICH, Dieter. “Die Deduktion des Sittengesetzes. Über die Gründe der Dunkelheit des letzten Abschnittes von Kants Grundlegung der Metaphysik der Sitten”. In: SCHWAN, Alexander. (Org.) *Denken im Schatten des Nihilismus. Festschrift für Wilhelm Weischedel zum 70. Geburtstag*. Darmstadt, 1975, p. 55-112. Uma versão incompleta do artigo foi traduzida para o inglês: “The Deduction of the moral Law: The Reasons for the Obscurity of the Final Section of Kant’s Groundwork of the Metaphysics of Moral”. In: GUYER, Paul. *Kant’s Groundwork of the Metaphysics of Moral. Critical Essays*. Nova York: Rowman and Littlefield publishers, 1998.

² BRANDT, R. “Der Zirkel im dritten Abschnitt von Kants Grundlegung zur Metaphysik der Sitten”. In: OBERER, H.; SEEL, G. (Orgs.) *Kant. Analysen – Probleme – Kritik*. Würzburg, 1988, p. 169-191.

³ ALLISON, H. *Kant’s Theory of Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Em seu comentário à *Fundamentação* e, mais recentemente, em *Kant’s Conception of Freedom*, Allison retoma a tese da reciprocidade e defende a sua leitura da terceira seção contra diversas objeções (*Kant’s Groundwork for the Metaphysics of Morals: A Commentary*, Oxford: Oxford University Press, 2011; *Kant’s Conception of Freedom. A Developmental and Critical Analysis*, Cambridge: Cambridge University Press, 2020).

também defende que Kant teria abandonado na segunda *Crítica* a solução para a fundamentação do Imperativo Categórico adotada na terceira seção⁴. No final dos anos 90, Dieter Schönecker reascende a polêmica em torno da terceira seção propondo que a dedução realizada por Kant foi amplamente mal-entendida, na medida os intérpretes negligenciaram o significado e a importância da “tese da analiticidade” que apresenta a lei moral como proposição analítica.

Essas são apenas as nervuras centrais de uma intensa ramificação de interpretações que se originou em torno das teses e problemas presentes na terceira seção da *Fundamentação*. Em direta oposição à queixa de Henrich, nos anos 70, quanto às exíguas análises desse difícil texto, pode-se dizer hoje que se tornou quase impossível reconstruir e sistematizar a enorme quantidade de contribuições relevantes para o debate. O presente número da *Studia Kantiana* pretende representar a vivacidade atual dessa discussão ao reunir contribuições originais de pesquisadores brasileiros, vinculados a diferentes instituições e linhas de pesquisa, que explicitam os problemas interpretativos da terceira seção e apresentam teses divergentes de leitura.

Nos três primeiros artigos o leitor encontra elementos para a compreensão da relação entre a liberdade da vontade e a lei moral estabelecida por Kant no início da terceira seção. Trata-se de discutir a célebre proposição que deu origem a interpretações conflitantes: “portanto, uma vontade livre e uma vontade sob leis morais é uma e a mesma coisa <einerlei>” (GMS, AA 04: 447). Gerson Luiz Louzado procura esclarecer uma confusão recorrente entre a espontaneidade e a autonomia da vontade na seção inicial da terceira seção. O autor se propõe a desfazer essa confusão explicitando dois sentidos de autonomia: a autonomia *lato sensu* que consistiria na espontaneidade e autonomia *stricto sensu* que corresponderia propriamente à autonomia moral. Em seguida, Robinson dos Santos contrapõe as interpretações de duas das teses mais debatidas na *Kant-Forschung*, mencionadas acima: a “tese da reciprocidade” proposta por Allison e a “tese da analiticidade” defendida por Schönecker. Inserindo-se neste debate, Marília Espírito Santo se posiciona contra a “tese da reciprocidade” de Allison, argumentando que as esferas dos conceitos de liberdade transcendental e de autonomia da vontade não podem ser idênticas. Ao defender a “tese da analiticidade”, a autora se afasta, contudo, da leitura de Schönecker, afirmando que esta tese se aplica apenas aos seres racionais infinitos e não aos seres racionais finitos.

Os três artigos seguintes abordam o tema da dedução proposta por Kant na terceira seção com propostas interpretativas bastante distintas, mas que convergem na medida em que recusam a tese do fracasso da dedução e procuram dar sentido

⁴ ALMEIDA, Guido Antonio. “Liberdade e Moralidade segundo Kant”. In: *Analytica. Revista de Filosofia*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 1, 1997.

ao caminho argumentativo trilhado por Kant. Tomando como ponto de partida a discussão sobre a seção inicial da terceira seção, André Klaudat defende que a tarefa central da seção seria a dar resposta à pergunta “como é possível uma proposição sintética prática?” e que essa tarefa deve ser entendida como a de mostrar que a razão pura pode ser prática (ou eficaz) na medida em que sintetiza representações conceituais em conhecimentos prático-morais. Seguindo outra direção, João Geraldo Martins da Cunha defende que a tarefa da terceira seção consistiria em “provar” o conceito de liberdade e em oferecer, a partir desta prova, uma dupla dedução do princípio supremo da moralidade: a da lei moral como passo prévio para a dedução do imperativo categórico. Para isso, procura lançar luz sobre o papel decisivo do conceito de espontaneidade da razão em seu exercício judicativo para a argumentação de Kant. Por fim, Diego Kosbiau Trevisan traça uma continuidade pouco investigada entre a dedução realizada na terceira seção e a Disciplina da razão pura, capítulo da primeira *Crítica* em que Kant deixa claro o que entende por dedução em sentido filosófico. O autor argumenta que é preciso levar em conta a defesa de Kant contra o fatalismo para compreender o caminho argumentativo da seção.

Por fim, o número conta com uma tradução de um artigo de Dieter Schönecker sobre o conceito de autonomia da vontade e a tese da analiticidade, traduzido por Rômulo Eisinger e revisado por Robinson dos Santos. No artigo, Schönecker retoma mais uma vez a tese da analiticidade, com o intuito de mostrar como ela se encontra no coração da concepção kantiana de autonomia.

Esperamos que este número contribua para o extenso debate kantiano e que dê ao leitor de Kant o ensejo de retornar à escrita tão rica e complexa da terceira seção da *Fundamentação*.

Monique Hulshof
Robinson dos Santos
(Organizadores)